

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO - MA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

A Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão - MA, através da Secretaria Municipal Administração, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 023/2026, Processo Administrativo nº 060/2026, que tem como objeto o **Registro de Preços para prestação de serviços contínuos de lavagem, borracharia e manutenção de veículos, incluindo serviços de troca, montagem, desmontagem e reparo de pneus, bem como serviços correlatos de higienização e conservação da frota, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Serrano do Maranhão - MA. DATA DA SESSÃO: 15/07/2026. HORÁRIO: 09:00.** Sistema Eletrônico Utilizado: <https://www.licitaserranodomaranhao.com.br/>. O Edital poderá ser consultado na Comissão Permanente de Licitação – CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na AV. DAS PALMEIRAS S/N, CENTRO – SERRANO DO MARANHÃO/MA - CEP: 65.269-000; ou pelo e-mail: cpl.serrano01@gmail.com, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou através do sítio da Prefeitura de Serrano do Maranhão-MA: Portal: <https://www.serrano.ma.gov.br/>, ou pelo Sistema de Licitação: <https://www.licitaserranodomaranhao.com.br/>, ou através do Sinc-Contrata/TCE-MA ou ainda pelo Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Serrano do Maranhão/MA, 24 de junho de 2026.

NIZE AMORIM GONÇALVES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS – MA					
AVISO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS					
Ref: ata de registro de preço nº 026/2026 – datada de 19/06/2026, pregão eletrônico nº 019/2026, processo administrativo nº 22171/2026 ; vigência: 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, celebrada entre O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 12.684.909/0001-95, com sede na TVD. PEDRO II, S/N, Centro, Santa Inês-MA, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária de Municipal Saúde, a Sra. ANA VALÉRIA SANTOS ARAUJO inscrita no CPF nº 041.150.053-86. Empresa beneficiária: MAGAZINE ELETRO LTDA , inscrita no CNPJ Nº 02.671.581/0001-19, situada na AVENIDA BRASIL, 299, CENTRO, FEIRA NOVA DO MARANHÃO - MA. CEP: 65.995-000, neste ato representada pelo senhor ADÃO GOMES MAIA, inscrito no CPF Nº 805.136.973-49. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tablets destinados aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) visando à modernização das atividades dos serviços de atenção básica e à melhoria da qualidade das informações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Santa Inês – MA.					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	TABLET/, SISTEMA OPERACIONAL PROPRIETÁRIO, CONECTIVIDADE WI-FI/ 3G/ 4G/ BLUETOOTH, CÂMERA TRASEIRA 8,1 A 13 MPX, CÂMERA FRONTAL SUPERIOR A 8 MPX, PROCESSADOR QUAD CORE, ARMAZENAMENTO EXTERNO SEM ARMAZENAMENTO EXTERNO GB, ARMAZENAMENTO INTERNO SUPERIOR A 32 GB, MEMÓRIA RAM MÍNIMO 4 GB GB, TELA SUPERIOR A 10 POL, TABLET, TELA SUPERIOR A 10 POL, MEMÓRIA RAM MÍNIMO 4 GB GB, ARMAZENAMENTO INTERNO SUPERIOR A 32 GB, ARMAZENAMENTO EXTERNO SUPERIOR A 32 GB, PROCESSADOR OCTA CORE OU SUPERIOR, CÂMERA FRONTAL ATÉ 8 MPX, CÂMERA TRASEIRA ATÉ 8 MPX, CONECTIVIDADE WI-FI/ 3G/ 4G/ BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL PROPRIETÁRIO, TABLET, TELA SUPERIOR A 10 POL, MEMÓRIA RAM ATÉ 8 GB, ARMAZENAMENTO INTERNO SUPERIOR A 32 GB, ARMAZENAMENTO EXTERNO SEM ARMAZENAMENTO EXTERNO GB, PROCESSADOR OCTA CORE OU SUPERIOR, CÂMERA FRONTAL ATÉ 8 MPX, CÂMERA TRASEIRA 8,1 A 13 MPX, CONECTIVIDADE WI-FI/ 3G/ 4G/ BLUETOOTH, SISTEMA OPERACIONAL PROPRIETÁRIO. MARCA MÚL M10 4G	UND.	203	R\$ 902.09	R\$ 183.124,27
				VALOR TOTAL	R\$ 183.124,27



ESTADO DO MARANHÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – CPL/ALEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0822/2026 – ALEMA

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que o edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026 foi republicado, com alterações no instrumento convocatório. **OBJETO:** Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada em serviço de gerenciamento e controle informatizado da frota de veículos para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão - ALEMA.

NOVA DATA DA ABERTURA: 10 de julho de 2026, às 09h30min.

LOCAL DA ABERTURA: A sessão será realizada através do **Portal Licit** **ALEMA**, pelo endereço eletrônico www.licitaalema.com.br. Informações adicionais disponíveis em www.al.ma.leg.br e www.licitaalema.com.br

São Luís - MA, 24 junho de 2026.

Lincoln Christian Nólêto Costa

Pregoeiro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO | CNPJ nº 05.294.848/0001-94 ENDEREÇO: Av. Jerônimo de Albuquerque, Calhau São Luís - Maranhão – CEP 65.071-750 SITE: www.al.ma.leg.br | E-mail: cplalema@gmail.com

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – CPL/PMVF

A Prefeitura Municipal de Vitorino Freire – MA, localizada na Av. Wilson Branco, s/n, Centro, CEP: 65320-000 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 005/2026, no dia 14/07/2026 às 10h00**, horário de Brasília, objetivando “Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução dos serviços remanescentes necessários à conclusão da construção de uma Creche Pré-Escola Tipo 1, padrão FNDE, ID nº 1101656, localizada no Bairro Oseas Castro, no Município de Vitorino Freire/MA, objeto do Termo de Compromisso nº 202002960-1/FNDE”, conforme especificações descritas no Termo de Referência anexo do Edital.

O Edital pode ser consultado na Comissão Permanente de Licitação-CPL, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, nos horários das 08:00 às 12:00h. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site: <https://transparencia.vitorinofreire.ma.gov.br/index.php?class=Home>, na aba “licitações” ou no portal de compras do Município, www.licitacaovitorinofreire.com.br. Informações pelo e-mail: licitacaovitorinofreire@gmail.com.

Vitorino Freire (MA), 25 de junho de 2026.

VANDERLEY VIEIRA SOARES

Agente de Contratação

Sefaz lança Refis 2026 para regularização de débitos e parcelamento do IPVA

O Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (Sefaz/MA), lançou o Programa de Pagamento e Parcelamento de Créditos Tributários – Refis 2026, voltado à regularização de débitos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com fatos geradores até 31 de dezembro de 2025, incluindo valores inscritos ou não em dívida ativa. O programa prevê condições especiais para contribuintes que desejam quitar pendências fiscais, com desconto de até 100% em juros e multas

para pagamento à vista. Também há possibilidade de parcelamento em até 12 vezes, com redução de 60% nas penalidades. De acordo com a Sefaz/MA, a iniciativa tem como objetivo facilitar a regularização de débitos tributários, ampliar a adimplência dos contribuintes e fortalecer a arrecadação estadual, recurso que é revertido em políticas públicas e serviços à população maranhense. No caso do IPVA, o contribuinte poderá optar pelo pagamento à vista com remissão total de juros e multas ou pelo parcelamento

em até 12 vezes, com desconto de 60% sobre as penalidades. O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 30 para motocicletas e R\$ 100 para demais veículos automotores. A adesão ao Refis 2026 poderá ser realizada até 31 de agosto de 2026. O procedimento pode ser feito por meio da emissão do DARE (Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais), disponível no portal oficial da Sefaz/MA, ou presencialmente em qualquer Agência de Atendimento da Fazenda Estadual. O Governo do Estado do

Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão (Sefaz/MA), lançou o Programa de Pagamento e Parcelamento de Créditos Tributários – Refis 2026, voltado à regularização de débitos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) com fatos geradores até 31 de dezembro de 2025, incluindo valores inscritos ou não em dívida ativa. O programa prevê condições especiais para contribuintes que desejam quitar pendências fiscais, com desconto de até 100% em juros e multas para pagamento à vista.

PF amplia investigação sobre fraude na Americanas e bloqueia bens de até R\$ 54 bilhões

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal deflagraram, nessa quinta-feira (25), a segunda fase da Operação Disclosure, que aprofunda as investigações sobre as fraudes contábeis na Americanas. Foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em São Paulo, além do bloqueio de bens dos investigados até o limite de R\$ 54 bilhões, valor estimado do

rombo apurado. A nova etapa da investigação foi baseada em acordos de colaboração premiada de ex-diretores da companhia, além da análise de documentos e depoimentos coletados ao longo dos últimos dois anos. Segundo a PF, nove pessoas são investigadas por suposta participação ou conhecimento de irregularidades envolvendo operações de risco sacado e contratos registrados sem

respaldo econômico nas demonstrações financeiras da empresa. Entre os alvos estão ex-conselheiros, executivos da Americanas e representantes de grandes instituições financeiras. As investigações também identificaram um segundo núcleo de atuação que teria buscado influenciar a percepção dos investidores sobre a situação financeira da companhia, por meio da

manipulação de indicadores utilizados pelo mercado. A Operação Disclosure integra uma das maiores investigações sobre fraudes corporativas já realizadas no Brasil. O caso teve início após a revelação do rombo contábil da Americanas, em janeiro de 2023, que desencadeou investigações criminais e um processo de recuperação judicial ainda em andamento.

Intenção de consumo das famílias desacelera em junho, mas permanece no maior nível desde 2015

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) avançou apenas 0,1% em junho, na menor alta desde o início da sequência de crescimento registrada em novembro do ano passado, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Mesmo com o ritmo mais moderado, o índice alcançou 105,5 pontos, o maior

patamar desde março de 2015, refletindo um cenário ainda favorável para o consumo. A desaceleração foi influenciada pelo aumento da cautela das famílias em relação ao futuro do mercado de trabalho. O indicador de Perspectiva Profissional recuou pelo segundo mês consecutivo (-0,2%) e acumula queda de 6,3% em relação a

junho de 2025. Apesar disso, a percepção sobre o emprego atual segue positiva, com avanço de 0,2% no mês e alta anual de 1,8%, sustentada por um mercado de trabalho ainda aquecido e rendimentos maiores. Entre os destaques da pesquisa, a intenção de compra de bens duráveis registrou o melhor desempenho, com alta de 1,2%

no mês e de 20,3% em um ano, favorecida pela desaceleração dos preços desses produtos. No recorte por renda, a intenção de consumo das famílias com renda de até 10 salários mínimos acumulou alta de 3,6% em 12 meses, mas interrompeu a sequência de crescimento mensal, enquanto as famílias de maior renda avançaram 0,5% em junho, impulsionadas por expectativas mais favoráveis em relação ao mercado de trabalho.

Pacote para MEIs prevê renegociação de dívidas e aumento do limite de faturamento

Microempreendedores Individuais (MEIs) poderão contar com um novo pacote de medidas que prevê um programa de renegociação de dívidas tributárias, ampliação do limite anual de faturamento e incentivos ao empreendedorismo jovem.

As propostas, que devem ser apresentadas nos próximos meses, buscam reduzir a inadimplência e fortalecer os pequenos negócios. Entre as principais medidas está a criação de um programa de renegociação de débitos para dívidas de até R\$ 20 mil,

com descontos de até 70% sobre encargos e parcelamento em até 145 meses. A iniciativa poderá beneficiar entre 3 milhões e 4 milhões de MEIs inadimplentes, além de reduzir o valor mínimo das parcelas de R\$ 50 para R\$ 25. O pacote também prevê elevar

o limite anual de faturamento do MEI dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028. Além disso, estão previstos incentivos ao empreendedorismo jovem, com ampliação de um programa de bolsas para cerca de 10 mil participantes. Segundo o Ministério do Empreendedorismo, o custo fiscal estimado das medidas será de R\$ 4 bilhões entre 2027 e 2028.

Pacto quer garantir trabalho decente em grandes eventos no Brasil

O governo federal, centrais sindicais, representantes patronais e outras instituições parceiras assinaram na tarde desta quinta-feira (25) o Pacto pelo Trabalho Decente em Grandes Eventos. A iniciativa abrange atividades relacionadas à cadeia produtiva de eventos de grande porte — como shows, festivais, eventos esportivos, feiras e congressos — e contempla profissionais das áreas de produção, montagem, segurança, limpeza, alimentação, logística e demais serviços de apoio. Para a secretária adjunta para assuntos de acessibilidade da

União Geral dos Trabalhadores (UGT), Márcia Adão, o pacto é o começo de um marco legal para que esses profissionais passem a ter acesso aos direitos sociais e trabalhistas fundamentais. “De nada adianta existir eventos grandiosos se não tivermos condições dignas de trabalho”, ponderou a sindicalista. Para o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (Fecomércio-SP), Ivo Dall’Acqua Júnior, o país tem arcabouço legal que garante boas condições de trabalho. “O que nós precisamos é adequar cada ação para que tudo saia da

melhor forma. Sempre pensando no melhor: na segurança, no bem-estar e, lá na frente, no resultado.” “Quando o país é visitado, quando as pessoas se movimentam para participar de eventos, quaisquer que sejam a natureza, eventos culturais, eventos esportivos, eventos sociais, você está movimentando uma cadeia que também se beneficia. Isso significa crescimento, significa oportunidade e o que é melhor, significa distribuição de renda”, lembrou o representante patronal. O ministro do Trabalho e

Emprego, Rogério Marinho, enfatizou a necessidade de participação social, do envolvimento de sindicalistas e do comprometimento dos empresários para o sucesso do Pacto. “Para executar isso, não basta a vontade do ministério, não basta a vontade do presidente Lula, não basta a vontade do Ministério Público, dos auditores e auditoras. É preciso que cada CNPJ do nosso país assuma essa responsabilidade.” O pacto foi assinado pelo MTE, pelo Ministério da Cultura (Minc), por representantes empresariais e representantes de sindicatos, além do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(AGÊNCIA BRASIL)